

O organizar das festas juninas sergipanas a partir de práticas organizativas cotidianas e do aprender a fazer experiencial

AMANDA SANTOS MATOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

JOICIANE RODRIGUES DE SOUSA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

Agradecimento à órgão de fomento:

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituições responsáveis pelo fomento à pesquisa das autoras.

O ORGANIZAR DAS FESTAS JUNINAS SERGIPANAS A PARTIR DE PRÁTICAS ORGANIZATIVAS COTIDIANAS E DO APRENDER A FAZER EXPERIENCIAL

1 INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, os estudos organizacionais têm se apoiado em uma perspectiva funcionalista, que concebe a organização como uma entidade estável, previsível e orientada pela racionalidade (Czarniawska, 2013). Contudo, abordagens contemporâneas vêm desafiando essa concepção ao propor uma visão processual, fluida e dinâmica do fenômeno organizacional (Duarte; Alcadipani, 2016; Santos, 2022). A exemplo disso, a perspectiva do *organizing* possibilita compreender as organizações em permanente construção por meio de práticas cotidianas, interações e negociações entre os atores (Cooper; Law, 1995; Czarniawska, 2008).

As organizações não devem ser vistas como entidades fixas, mas como construções provisórias resultantes de processos sociais, materiais e simbólicos em constante transformação (Duarte; Alcadipani, 2016). O termo *organização* deve ser interpretado como um verbo, e não como um substantivo (Weick, 1973), proposta que oferece uma compreensão precisa do fluxo contínuo de ações que constituem as práticas organizacionais (Czarniawska, 2008).

Aprender e organizar são fenômenos entrelaçados, estabelecendo a articulação entre sujeitos e objetos, também conhecidos como artefatos, em torno de uma prática (Gherardi, 2006). Falar de organizar é considerar as organizações como um contínuo resultado de processos precários e parciais (Hernes, 2014; Possas, 2015). Do mesmo modo, a aprendizagem experiencial é concebida como um processo contínuo, e não como a simples obtenção de resultados. Logo, as ideias não são estruturas fixas e imutáveis do pensamento, mas construções que se formam e se reformulam constantemente a partir da experiência (Kolb, 1984, 2014).

O estado de Sergipe é referência na realização de festas juninas, que se consolidaram como bens culturais materiais e imateriais de significativa relevância simbólica e histórica para as tradições locais. Esses festejos se consolidaram a partir de práticas cotidianas dos sujeitos envolvidos, representados por momentos de confraternização familiar, nos quais as ruas são enfeitadas com bandeirolas, fogueiras são acesas em frente às casas e comidas típicas são preparadas e organizadas sob as mesas (Chianca, 2013; Marques, 2018; Menezes, 2014).

As ações do organizar não se limitam às organizações formais, mas também encontram expressão em grupos informais e redes sociais que permeiam os ambientes organizacionais (Duarte; Alcadipani, 2016). Assim, a questão central que orienta este estudo é: como as práticas organizativas cotidianas e os modos de aprender a fazer, desenvolvidas por organizações informais, contribuem para a estabilização momentânea das festas juninas em Sergipe?

A escolha das festas juninas sergipanas como objeto de análise do estudo, decorre do reconhecimento de seu valor simbólico. Essas festividades configuram-se como práticas sociais carregadas de significados identitários, afetivos e culturais para as comunidades locais (Câmara Municipal de Aracaju, 2018; Ramos, 2018). Portanto, o objetivo geral do trabalho é analisar como as práticas organizativas das festas juninas consideradas Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial de Sergipe desvelam a experiência de organizar do São João.

Este estudo oferece, como contribuição teórica, a análise da organização das festas juninas sergipanas a partir de abordagens processuais, integrando os referenciais do *organizing* e da aprendizagem experiencial. No âmbito prático, a pesquisa pode subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas ao setor cultural, considerando a dinamicidade e a heterogeneidade que caracterizam as organizações culturais. Como contribuição social, ao compreender as organizações em sua dimensão processual e situada, o estudo colabora para a valorização das identidades, saberes e crenças dos sujeitos envolvidos nas festividades juninas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta os fundamentos teóricos e conceituais que sustentam a análise e discussão dos resultados, com o objetivo de responder à questão de pesquisa. Para isso, são abordados: o organizar das organizações a partir de práticas organizativas cotidianas; a aprendizagem organizacional a partir da experiência dos seus atores; e festas juninas como práticas organizativas.

2.1 O organizar das organizações a partir de práticas organizativas cotidianas

As práticas são ações humanas organizadas, sejam elas: práticas políticas, religiosas, econômicas e educacionais, que se constituem por meio de compreensões compartilhadas sobre como realizá-las e envolvem usos e emoções socialmente aceitos e ordenados (Schatzki, 2005). A concepção naturalizada da organização como algo linear e estático dificulta a compreensão dos fenômenos organizacionais e do próprio sentido do que constitui uma organização e suas práticas (Duarte; Alcadipani, 2016). Assim, ganham destaque os estudos sobre o *organizing*, que propõem uma abordagem processual, na qual organizações e fenômenos organizacionais são entendidos como dinâmicos e em constante construção (Duarte; Alcadipani, 2016).

A perspectiva de Karl Weick rompe com a concepção tradicional de organização. Já em 1969, o autor propôs que o termo "organização" fosse compreendido como um verbo, destacando seu caráter processual e dinâmico. Para Weick (1973), os processos organizacionais devem ser analisados como fluxos contínuos, a fim de permitir uma compreensão precisa da realidade organizacional, em oposição a visões estáticas e homogêneas. Nessa abordagem, as organizações são construções em constante formação, resultantes das práticas, interações e interpretações dos atores que delas participam (Czarniawska, 2008).

As questões relativas aos limites entre as organizações e seu ambiente tornaram-se relevantes, à medida que as teorias organizacionais convencionais se mostravam insuficientes para explicar a instabilidade vivenciada por determinadas organizações, especialmente diante das exigências de inovação e das rápidas transformações contextuais (Czarniawska, 2013). Essa lacuna teórica levou autores como Weick, Latour, Schatzki e Czarniawska a direcionarem seus esforços para uma abordagem processual e dinâmica das organizações (Santos, 2022).

Duarte e Alcadipani (2016) destacam a contribuição de Cooper (1976) para o desenvolvimento dessa abordagem ao propor uma epistemologia do processo, enfatizando a necessidade da centralidade da ação humana e do pensamento em termos processuais. Portanto, Cooper e Law (1995) argumentam que falar em *organizing* implica reconhecer que as organizações estão em constante movimento, configurando-se como resultados contínuos de processos imprevisíveis. Nessa linha, é fundamental compreender que o termo "organização" refere-se apenas a um efeito momentâneo do *organizing*, entendido como ordenamentos locais de práticas organizacionais que, em conjunto, constituem a realidade social (Santos, 2022).

As organizações precisam ser entendidas como elas acontecem, ou seja, como verbos e não como substantivos, o que implica concebê-las como resultados de processos e não como pontos de partida (Duarte; Alcadipani, 2016). Logo, Czarniawska (2006, p. 1557) afirma que "as organizações nunca explicaram nada, são as organizações que precisam ser explicadas". Czarniawska (2008) ressalta que, quando o uso do substantivo prevalece, há uma tendência a privilegiar os objetos e suas propriedades, em detrimento das ações e dos processos, aproximando o campo de uma ciência natural. Assim, torna-se fundamental deslocar o foco de análise das estruturas fixas para os processos organizacionais (Possas, 2015).

O processo organizacional de uma coletividade manifesta-se por meio de suas práticas, possibilitando sua identificação enquanto organização (Duarte; Alcadipani, 2016). Nesse contexto, a abordagem do *organizing* surge como uma tentativa de compreender os esforços de estabilização de movimentos sociais ou a construção de uma ordem relativamente previsível

em um ambiente marcado pela constante dinamicidade (Hernes, 2014). Tal perspectiva estabelece conexões entre sujeitos e objetos; estes compreendidos como artefatos, que se articulam em torno de práticas compartilhadas (Gherardi, 2006).

A noção de tempo é fundamental para a compreensão do *organizing*, uma vez que esse processo resulta do esforço de integração entre eventos passados, presentes e futuros (Hernes; Schultz, 2020). Por meio do *organizing*, torna-se possível compreender como os atores articulam diferentes temporalidades por meio de estratégias e rotinas, conectando-se a acontecimentos pretéritos ou antecipando eventos futuros (Vasconcelos, 2022).

As organizações são produtos de atividades e processos que lhes antecedem e tornam sua existência possível (Possas, 2015). Dessa forma, as práticas organizacionais precedem a própria organização, pois é a continuidade desses processos que lhe dá origem (Weick, 1973). Tem-se assim, um constante *organizing* das práticas, que pode resultar em formas estáveis, mas que, em sua essência, são marcadas por complexidade e heterogeneidade (Possas, 2015).

Duarte e Alcadipani (2016) ressaltam a importância de compreender a ação humana e o pensamento de forma ampla, evitando reduzi-los a fenômenos definidos por uma realidade previamente construída, racional e objetiva (Santos, 2022). Nessa perspectiva, elementos frequentemente marginalizados no campo organizacional, como as emoções, tradicionalmente vistas como ameaças à racionalidade, passam a ser valorizados, por serem indissociáveis das relações humanas e, portanto, da própria vida organizacional (Possas, 2015).

A ação humana constitui o elemento fundamental na formação das organizações, uma vez que estas emergem de comportamentos repetitivos, recíprocos e contingentes, desenvolvidos e sustentados pelas interações entre diferentes atores (Weick, 1973). Desse modo, as organizações são compreendidas como construídas pelas ações humanas e, conseqüentemente, compartilham de características a elas inerentes como mudança, emoções e imprevisibilidade (Clegg; Kornberger; Rhodes, 2005).

A mudança, espaços vazios, imprevisibilidade, ambigüidade, improvisação, emoção e tempo devem ser compreendidos como aspectos normais da realidade organizacional (Possas, 2015). Nesse contexto, a improvisação é concebida como a combinação entre arranjos pré-existentes e espontaneidade, funcionando como um mecanismo por meio do qual as ações organizacionais mantêm certo controle enquanto buscam a inovação. Trata-se, assim, da tentativa constante de ordenar o que está em desordem, movimento esse que impulsiona a inovação e o aprendizado organizacional (Possas, 2015).

O *organizing* cotidiano das organizações estabelece uma ordem e estabilização temporária dos acontecimentos ao longo de um fluxo temporal (Vasconcelos, 2022). Por estar fundamentado em ações dotadas de uma ordem significativa e, até certo ponto, previsível dentro do contexto do “vir a ser” (Holt; Johsen, 2019), o *organizing* revela múltiplas formas de realizar atividades, permitindo a modificação de práticas anteriormente estabelecidas.

2.2 Aprendizagem organizacional a partir da experiência dos seus atores

O pragmatismo configura-se como uma vertente epistemológica que valoriza a investigação prática, a experimentação e a observação contínua como principais meios de validação e desenvolvimento do conhecimento. Nessa perspectiva, o saber não é concebido como algo fixo ou fundamentado em verdades absolutas, mas como um processo dinâmico, construído a partir da tentativa e do erro em contextos concretos. Assim, o conhecimento é continuamente ajustado e reformulado à luz de novas experiências e evidências (Serva, 2022).

John Dewey, um proeminente filósofo pragmatista (Serva, 2022), defende uma reconstrução filosófica baseada na centralidade da experiência vivida para a compreensão do mundo. Em vez de recorrer a estruturas *a priori*, o autor defende que a filosofia deve emergir da experiência ordinária, entendida como o resultado da interação contínua entre o organismo

e seu ambiente. Essa perspectiva conduz a críticas às divisões herdadas da filosofia moderna, como entre teoria e prática, que fragmentam artificialmente a realidade (Dewey, 1974).

Inspirado pelas ideias de John Dewey, Kolb (1984) desenvolve a Teoria da Aprendizagem Experiencial (TAE), a qual se distingue das abordagens racionalistas ao conceber a aprendizagem como um processo que integra experiência, percepção, cognição e comportamento. A TAE propõe ser uma teoria construtivista de aprendizagem do qual o conhecimento social é criado e recriado por intermédio do conhecimento pessoal do indivíduo. Dessa forma, o conhecimento é construído a partir de ideias fixas pré-existentes, definindo-se a aprendizagem como um processo em que o conhecimento é criado a partir da combinação de apreensão da experiência e transformação da experiência (Kolb, 1984).

A aprendizagem é concebida como um processo contínuo, e não como a obtenção de resultados. Nessa perspectiva, as ideias não são estruturas fixas e imutáveis do pensamento, mas sim construções que se formam e se reformulam continuamente a partir da experiência. Como cada experiência é única, não existem dois pensamentos iguais, pois a experiência intervém na constituição do sujeito (Kolb, 1984). Assim, todo aprendizado é, em essência, um processo de reaprendizagem, o qual envolve as crenças e ideias prévias do indivíduo sobre determinado tema, permitindo que novas concepções sejam refinadas (Kolb; Kolb, 2006).

Definir a aprendizagem em termos de resultados pode, paradoxalmente, conduzir à não aprendizagem. A definição da aprendizagem em termos de resultados, pode ser útil quando organizações tentam obter resultados operacionais e de excelência em seus processos ou na produção. Portanto, a aprendizagem em termos de resultados valoriza a recompensa dos sujeitos que seguem rotinas com atividades organizadas e as organizações que apresentam objetivos claros, *feedback* e reforço pelos resultados alcançados pelos seus colaboradores (Corbett, 2005).

A aprendizagem constitui o principal processo de adaptação humana e transcende os limites da sala de aula, ocorrendo em qualquer ambiente onde haja interação humana. Nessa perspectiva, compreende-se que a aprendizagem pode se instaurar em múltiplos contextos, estendendo-se desde as instituições de ensino até os espaços de trabalho, especialmente no decorrer do processo de profissionalização do sujeito aprendiz (Kolb, 1984).

A TAE preconiza uma visão dinâmica da aprendizagem em um ciclo de aprendizagem impulsionado pela resolução da dupla dialética de ação/reflexão e experiência/abstração. A aprendizagem é definida como um processo pelo qual o conhecimento é criado por meio da transformação da experiência, que acontece por intermédio da apreensão da experiência – um processo de assimilação das informações, interpretação delas e ação (Kolb, 1984).

Todos os modos do ciclo de aprendizagem discutidos na TAE, fazem parte do processo de aprendizagem experiencial, seja os de apreensão da experiência - Experiência Concreta (CE) e Conceitualização Abstrata (AC), seja os de transformação da experiência - Observação Reflexiva (RO) e Experimentação Ativa (AE) (Kolb, 1984, 2014).

O indivíduo passa sem nenhuma exceção por todas as etapas do ciclo aprendizagem experiencial, em um processo recursivo que é sensível ao contexto em que está inserido (Kolb; Kolb, 2005, 2013). Portanto, experiências imediatas ou concretas são a base para observações e reflexões, que são assimiladas e destiladas em conceitos abstratos dos quais podem ser extraídas novas implicações para a ação, que são testadas ativamente e servem para auxiliar na criação de novas experiências (Kolb, 1984, 2014).

Existem estilos de aprendizagem com as maneiras únicas pelas quais o indivíduo avança no ciclo de aprendizagem experiencial, estilos esses caracterizados pelas experiências de vida específicas e exigências do ambiente em que o indivíduo se insere (Kolb; Kolb, 2005, 2013). Os estilos de aprendizagem estão associados às diferentes abordagens da aprendizagem: “divergentes”, “assimiladores”, “convergentes” e “acomodadores” (Kolb, 1984, 2014). São influenciados pela cultura, tipo de personalidade, especialização educacional, escolha de carreira, cargo e tarefas que executa no trabalho. A TAE define o estilo de aprendizagem como

um conceito psicológico social que é parcialmente determinado pela personalidade, uma vez que tende a ser influenciado por exigências ambientais específicas de especialização educacional, carreira, trabalho e competências para tarefas (Kolb; Kolb, 2005, 2013).

2.3 Festas juninas como práticas organizativas

A relação entre festa e união dos sujeitos, bem como os laços de pertencimento que se formam, culmina na constituição de uma organização voltada à celebração e à preservação da tradição cultural de certa região (Pereira; Gillies, 2022). Assim, as festas não se reduzem a um mero espetáculo; antes de tudo, constituem-se como espaços construídos pela própria comunidade, configurando formas de se fazer ver, sentir e existir (Pereira; Gillies, 2022).

Ao se considerar a tradição como um conjunto de práticas, ritos e símbolos construídos no passado e aceitos no presente (Gomes; Santos; Ribeiro, 2015), compreende-se que os valores enraizados no cotidiano de um grupo social são regulados por normas compartilhadas e perpetuados por meio da repetição contínua dessas práticas no espaço e na experiência vivida. Mas, festividades como as festas juninas e o carnaval que adquiriram caráter espetacularizado vêm sendo moldadas por novas exigências da pós-modernidade, o que tem provocado transformações nas tradições e práticas anteriormente estabelecidas (Rufino *et al.*, 2017).

As festas juninas no Nordeste do Brasil apresentam um percurso histórico que reflete as transformações sociais, econômicas e culturais da região. Durante o processo de urbanização no século XIX, essas celebrações surgiram como manifestações espontâneas e folclóricas nos interiores das pequenas cidades, nos chamados arraiais. As quadrilhas, originalmente importadas da França, passaram a assumir um caráter mais rústico, e a dança foi ressignificada com traços da cultura regional, incorporando ritmos típicos como o baião, o xote e o xaxado (Prazeres; Lucena Filho, 2018).

No Nordeste brasileiro, as festas juninas passaram a integrar o calendário de turismo cultural da região, resgatando ritos e simbolismos vinculados ao mundo rural europeu (Pereira; Gillies, 2022). Na realidade nordestina, essas celebrações mantêm uma forte conexão com o início da colheita do milho, preservando características rurais mesmo diante das influências do contexto urbano (Prazeres; Lucena Filho, 2018). A historicidade e os fundamentos das manifestações culturais populares permitem compreender como essas práticas despertam nos participantes uma diversidade de sentimentos, como pertencimento, fé, devoção, recriação e ritualização, reforçando seus vínculos identitários e coletivos (Gomes, 2012).

As festas juninas constituem representações marcadas por um hibridismo cultural, que engloba elementos tangíveis e intangíveis, ressignificando os modos de identificação com a cultura local (Silva; Silva; Lima, 2020). Nessa celebração multicultural, coexistem símbolos emblemáticos da cultura regional, como o chapéu de cangaceiro, o candeeiro e a sanfona, ao lado de fotografias de artistas locais, imagens de santos e manifestações de crenças que evocam os mitos e tradições da região (Morigi, 2005).

A cultura nacional pode ser compreendida como uma forma de construção de sentidos que influencia e orienta tanto nossas ações quanto à forma como concebemos a nós mesmos (Morigi, 2005). Assim, a cultura expressa o significado coletivo de símbolos, valores, ideias e comportamentos, afirmando que todos os indivíduos e grupos são sujeitos culturais (Chauí, 1995). Essa compreensão está diretamente relacionada à valorização do patrimônio imaterial, representado pelos saberes e práticas do cotidiano, pela tradição oral, pela organização social de cada grupo, bem como pelos costumes, crenças e manifestações populares que remetem aos mitos formadores da identidade dos indivíduos (Gomes; Santos; Ribeiro, 2015).

A festa junina é composta por uma diversidade de elementos, agentes e artefatos, como a fogueira, balões, bandeirolas multicoloridas, celebrações religiosas católicas, rituais de adivinhação, relações de compadrio, comidas típicas regionais, quadrilhas e o forró (Chianca,

2013; Marques, 2018). Embora tradicionalmente associadas ao interior, a partir da década de 1980 essas celebrações passaram a se espalhar também pelos centros urbanos, em cidades médias e regiões metropolitanas (Castro, 2012).

A festa junina no Nordeste incorporou e adaptou elementos provenientes dos costumes e práticas de suas origens rurais, em diálogo com a cultura regional e local. Essas manifestações englobam danças folclóricas, quadrilhas juninas, a presença de poetas populares, emboladores de coco, repentistas, além do forró, da música e da dança; expressões que, mediadas pela festa, são frequentemente consideradas a essência da nordestinidade (Morigi, 2005).

Com as experiências vivenciadas pelos corpos nos festejos juninos, as populações que as vivenciam demonstram uma relação de preparação intensa e organização cuidadosa, cheia de elementos simbólicos e afetivos, delineando uma linguagem artística particular que articula o sagrado e o profano, a tradição e a inovação (Ribeiro, 2002). Logo, a multiplicidade de elementos estéticos utilizados na decoração e ornamentação dos ambientes das festas juninas seduz, encanta e integra as pessoas, envolvendo todas as classes sociais, de diversas realidades, trazendo o coletivo que se sobrepõe às diferenças individuais e sociais (Sousa *et al.*, 2018).

Langer (2011) destaca que símbolos e imagens são expressões fundamentais da história e cultura da humanidade, manifestando-se de forma significativa nas comemorações juninas. Nesse contexto, elementos como as danças, o forró pé-de-serra e as quadrilhas compõem parte essencial da organização dessas festividades. Além disso, as indumentárias utilizadas pelos participantes remetem à figura do homem do campo, ou "matuto", caracterizadas por camisas xadrez, calças rasgadas, botas e chapéus (Sousa *et al.*, 2018).

A tradição culinária também ocupa lugar central nas celebrações, com ceias fartas compostas por alimentos derivados da mandioca, como pé de moleque e beiju; do milho, como pamonha, canjica, mungunzá e bolos de milho; além de preparações com puba e macaxeira; o próprio milho assado ou cozido; amendoim e licores de frutas típicas da região (Menezes, 2014). Outro elemento simbólico marcante nas festas juninas são os fogos de artifício, que reforçam o caráter festivo e ritualístico dessas celebrações (Sousa *et al.*, 2018).

As festas juninas, originalmente realizadas no âmbito familiar e comunitário, envolviam a casa e seu entorno residencial, mas passaram por um processo de expansão e transformação, tornando-se espetáculos promovidos em espaços públicos e privados (Castro, 2012). Atualmente, essas celebrações atraem milhares de jovens, em virtude da presença de artistas e grupos musicais renomados, pela monumentalidade dos palcos, pela cenografia elaborada e por uma atmosfera festiva intensa. As festas juninas contemporâneas passaram a incorporar uma pluralidade de ações, práticas sociais e elementos simbólicos que entrelaçam o mítico e o rural, o urbano e o tradicional, o moderno e o sagrado, o profano e o comercial (Morigi, 2005).

Cada local celebra as festas juninas de maneira singular, refletindo suas particularidades culturais e sociais (Sousa *et al.*, 2018). No interior do Nordeste, os festejos são ligados à religiosidade, aos costumes locais, à cultura popular e às dinâmicas sociais. Já nas grandes cidades, essas celebrações são marcadas pela realização de grandes shows e pela valorização das dimensões turísticas e econômicas do evento (Sousa *et al.*, 2018). Portanto, as significações atribuídas às festividades juninas passam a integrar o imaginário social coletivo, em que os elementos simbólicos dessas celebrações dependem do lugar onde se vive, das relações sociais que se estabelecem, das tradições locais e da cultura compartilhada (Morigi, 2005).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de compreender as práticas organizativas das festas juninas sergipanas na perspectiva do *organizing* e da aprendizagem experiencial, esta pesquisa se fundamenta na observação sistemática de práticas vinculadas aos festejos e artefatos culturais típicos do estado

de Sergipe. A abordagem qualitativa foi adotada por se mostrar adequada à investigação empírica e à compreensão aprofundada de fenômenos sociais e humanos (Godoy, 2018).

A pesquisa é classificada como descritiva, pois buscou identificar e descrever as características de um grupo social específico, delimitando as percepções sobre um fenômeno cultural: as festas juninas de Estância e da Rua São João de Aracaju (Vergara, 2009). A natureza da pesquisa é básica, pois busca gerar novos conhecimentos relevantes para o avanço da ciência (Prodanov; Freitas, 2013). O estudo oferece contribuições ao campo dos estudos organizacionais ao adotar uma perspectiva processual para a análise das organizações, focalizando sua constituição a partir de práticas organizativas cotidianas. Logo, evidencia-se como os atores aprendem com as experiências de vida, ampliando a compreensão sobre os processos de organização e aprendizagem em contextos de manifestações culturais específicas.

Trata-se de uma investigação de natureza interpretativa, uma vez que as pesquisadoras buscam interpretar o que ouvem e observam no campo, fundamentando-se em uma epistemologia interpretativista. Esse enfoque visa compreender os fenômenos sociais a partir dos significados atribuídos pelos próprios atores sociais envolvidos nas festas juninas (Sacol, 2009). Tal posicionamento reconhece a complexidade do ser humano e dos fenômenos sociais, priorizando a compreensão contextualizada das experiências vividas (Pozzebon; Petrini, 2013).

No que se refere aos procedimentos metodológicos, adotou-se o método do estudo de caso, tendo em vista o objetivo das pesquisadoras de compreender o fenômeno social a partir de uma perspectiva holística e contextualizada (Stake, 1995). Trata-se de um estudo multicaso, justificado pela necessidade de analisar diferentes casos individuais inter-relacionados, de modo a captar a complexidade e as particularidades do fenômeno em sua totalidade.

Foram selecionados dois casos de festas juninas sergipanas para investigação: (a) a festa junina da Rua São João, em Aracaju, reconhecida como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial da tradição dos festejos juninos, conforme a Lei Municipal nº 5.032/2018 (Câmara Municipal de Aracaju, 2018); e (b) a festa junina do município de Estância, conhecida por sua riqueza cultural com a produção de fogos e do tradicional barco-de-fogo, elementos que conferem singularidade à celebração local. O valor simbólico e econômico das manifestações contribuiu para o reconhecimento da tradição como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (Ramos, 2018). Os casos selecionados foram escolhidos em função de sua importância histórica e reconhecimento legal no estado de Sergipe, considerando as legislações que regulamentam os espaços sociais onde ocorrem.

A coleta de dados foi realizada diretamente nos locais onde os fenômenos ocorrem e onde se encontram os elementos necessários para sua compreensão (Vergara, 2009). Para isso, foi dividida em três fases: (a) levantamento documental e bibliográfico; (b) observação não participante, com a geração de registros visuais e audiovisuais; e (c) entrevistas semiestruturadas.

A análise documental permitiu compreender o histórico das manifestações culturais, de modo a analisar as práticas que fizeram parte do seu surgimento, identificando sujeitos, artefatos e práticas das festas juninas sergipanas. Em seguida, realizou-se a observação não participante das práticas organizacionais das festas juninas, evitando a interferência do observador na situação, mostrando, assim, as práticas de forma natural (Vergara, 2009). A observação focou nos ditos, não ditos, interações, tempo e espaço, coreografia corporal, ferramentas, artefatos, interesses e tensões. Acompanhou-se atividades, como concursos de quadrilha junina, cortejos culturais, passeios de carroça e apresentações artísticas.

Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, permitindo flexibilidade ao entrevistador na compreensão de significados e exploração do objetivo de pesquisa (Marconi; Lakatos, 2017). A escolha dos informantes-chave ocorreu por acessibilidade, em que uma das pesquisadoras realizou uma busca *on-line* de secretarias, comissões e pessoas de relevância social associadas

aos festejos juninos. A pesquisa envolveu 13 (treze) informantes-chave, dos quais 7 (sete) são de Estância e 6 (seis) da Rua São João em Aracaju. Foram contatados pela técnica bola de neve e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A duração das entrevistas foi em média de 20 (vinte) a 70 (setenta) minutos, algumas delas realizadas de forma remota por meio da plataforma *Google Meet*® e outras entrevistas realizadas de forma presencial.

A construção e análise do *corpus* da pesquisa foi conduzida por meio da técnica de história de vida, escolhida por permitir uma compreensão aprofundada das práticas organizacionais no contexto das festas juninas sergipanas. Por meio das narrativas pessoais dos participantes, é possível acessar não apenas suas experiências individuais, mas também as interações sociais e culturais que moldam essas práticas organizativas (Godoy, 2018).

A análise por meio da história de vida mostra-se relevante para a compreensão das vivências e comportamentos dos sujeitos em contextos por eles construídos, ao evidenciar a complexidade das relações sociais envolvidas (Barros; Lopes, 2014). Essa técnica se fundamenta nas narrativas individuais sobre o cotidiano, apresentadas pelos participantes de forma livre, abordando situações, experiências e ações significativas que vivenciam.

A sistematização das histórias de vida foi orientada com base em Santos e Santos (2008) e seguiu etapas, como a gravação dos relatos; transcrição integral das gravações; análise dos silêncios e das omissões, por meio da observação não participante; identificação de pontos de saturação, com o objetivo de reconhecer quando novas histórias deixam de acrescentar informações relevantes ao tema investigado; leitura flutuante das narrativas dos informantes; identificação de temas recorrentes; e análise do tempo. Nas narrativas de vida, a sequência dos eventos não precisa seguir uma linearidade rígida, pois os relatos podem transitar livremente entre passado e futuro, refletindo a lógica própria da memória e da experiência vivida.

Para assegurar a qualidade do estudo com base nos critérios de validade e confiabilidade aplicáveis às pesquisas qualitativas, foram empregadas múltiplas fontes e técnicas de coleta de dados; rigor na construção do *corpus* de pesquisa, garantindo a representatividade dos participantes; as informações foram descritas de forma clara, densa e detalhada. A reflexividade analítica atuou como elemento mediador no processo investigativo, permitindo que a análise ocorresse de maneira concomitante à coleta de dados (Paiva Júnior, Leão e Mello, 2011).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados empíricos obtidos na pesquisa revela como as festas juninas sergipanas, especificamente em Estância e na Rua São João em Aracaju, constituem experiências organizativas complexas e dinâmicas. Tais práticas são sustentadas por processos contínuos de construção social, nos quais o *organizing* e a aprendizagem experiencial são centrais. Esses processos revelam-se por meio de uma rede viva de relações entre atores sociais, artefatos simbólicos e práticas corporificadas que dão forma e sentido às festividades. Nesta seção, detalhamos os principais achados à luz do referencial teórico adotado.

4.1 As práticas organizativas como processos de *organizing*

As festas juninas, enquanto manifestações culturais populares, não são compreendidas aqui como organizações formais com estruturas rígidas, mas como processos contínuos de organização, em que Weick (1973) propôs como *organizing*. A cada ano, os festejos são (re)organizados por atores diversos que, mesmo sem estrutura formal, mobilizam saberes, redes, recursos e afetos para fazer acontecer o São João. Essa fluidez organizativa é marcada pela articulação entre práticas tradicionais e inovações contextuais que respondem aos desafios contemporâneos e às condições locais.

Na Rua São João, as práticas de enfeitar as ruas, montar palcos, organizar o casamento caipira e os concursos de quadrilha são ações que, embora aparentemente simples, envolvem uma complexa coordenação entre moradores, artistas, comerciantes e poder público. Cada ação revela uma prática organizativa situada, atravessada por memórias, afetos, compromissos e disputas simbólicas. Em Estância, o barco de fogo, por exemplo, é muito mais que um artefato pirotécnico; ele envolve um ciclo de práticas, que vai da sua construção artesanal à sua exibição performática, demandando organização comunitária, domínio técnico e transmissão intergeracional de saberes.

Essa resiliência cultural não se limita às tradições que persistem, mas também às práticas que se mantêm, se reproduzem e se transformam ao longo do tempo. Essas práticas são moldadas não apenas pelas relações entre as pessoas, mas também pelas interações com os objetos e o ambiente em que estão inseridas (Santos; Silveira, 2015). Assim, a continuidade das tradições e a adaptação das práticas mostram que a cultura é dinâmica: enraizada em suas origens, mas sempre evoluindo para se manter relevante para as novas gerações.

A relação entre o processo organizacional e o conceito de *organizing* é intrínseca, revelando a complexidade das interações sociais dentro de uma coletividade. O conceito estabelece a ligação entre sujeitos e objetos, conhecidos como artefatos, em torno de uma prática (Gherardi, 2006). Duarte e Alcadipani (2016) e Santos (2022) argumentam que a ação humana e o pensamento devem ser vistos de forma abrangente, desafiando a visão tradicional de uma realidade pré-construída. Essa abordagem enriquece a compreensão das interações sociais, especialmente em contextos festivos, pelo qual as emoções e a subjetividade desempenham papéis cruciais.

Possas (2015) destaca que elementos emocionais, frequentemente rejeitados em ambientes organizacionais, são essenciais para entender as relações humanas. Em festas, as emoções são indissociáveis das interações e contribuem para a construção da identidade coletiva. A valorização da emoção pode enriquecer a experiência organizacional, promovendo um ambiente mais inclusivo e humano. Isso é especialmente relevante em festas e tradições, onde artefatos (como o barco de fogo) são símbolos de identidade cultural e história.

Esses processos de organização não são lineares, nem sempre visíveis, mas podem ser compreendidos como práticas em fluxo, que estabilizam temporariamente uma forma de coletividade. Como afirmam Hernes (2014) e Czarniawska (2008), o *organizing* permite compreender as organizações como produtos emergentes das ações dos sujeitos, suas interações e negociações contínuas. As festas juninas revelam, assim, uma organização que se faz e se desfaz em movimento, constantemente reinventada a partir da prática cotidiana.

4.2 Aprender fazendo: a centralidade da aprendizagem experiencial

Outro achado central da pesquisa diz respeito à forma como os participantes aprendem a organizar e participar das festas. A noção de aprendizagem experiencial, conforme proposta por Kolb (1984), mostra-se fundamental para compreender como os sujeitos envolvidos, sejam eles organizadores, quadrilheiros, artesãos, músicos ou moradores, constroem seus conhecimentos em contextos vivos, através da experimentação, observação e participação direta.

O saber fazer das festas juninas não é formalizado em manuais ou treinamentos sistemáticos. Ele é transmitido na prática, por meio do convívio, da repetição, da observação e da experimentação. Os relatos dos entrevistados apontam para trajetórias de aprendizagem marcadas por tentativas, erros, improvisações e descobertas. Em Estância, por exemplo, a produção do barco de fogo é aprendida no contato com mestres locais, pela imersão no fazer. Na Rua São João, jovens aprendem com os mais velhos a montar barracas, decorar ruas, organizar rifas e preparar comidas típicas.

Kolb (1984) propõe que a aprendizagem ocorre por meio da transformação da experiência, em um ciclo contínuo que integra a experiência concreta, a observação reflexiva, a conceitualização abstrata e a experimentação ativa. Cada fase desse ciclo é essencial e complementa as demais, formando um processo dinâmico em que o conhecimento é continuamente construído, testado e reformulado. No contexto das festas juninas, esse ciclo pode ser observado na preparação das quadrilhas, na organização das barracas e na execução das apresentações culturais, pelo qual o fazer coletivo se refina a cada edição.

Kolb e Kolb (2005) enfatizam que o estilo de aprendizagem de cada indivíduo é moldado por suas experiências de vida e pelo ambiente cultural em que está inserido. Isso é evidente nas festas juninas, visto que os organizadores desenvolvem maneiras únicas de aprender e ensinar, influenciadas por suas histórias pessoais, papéis sociais, tarefas comunitárias e valores culturais. A transmissão do saber-fazer ocorre em interações que respeitam essas singularidades, promovendo uma aprendizagem personalizada e contextualizada.

De acordo com Kolb e Kolb (2013), a aprendizagem experiencial é um processo recursivo e contínuo que envolve o aprendiz por completo. Assim, pensamento, emoção, corpo e ação são inseparáveis. Essa abordagem permite compreender como o envolvimento corporal e afetivo nas práticas festivas fortalece a aprendizagem do indivíduo, tornando-a mais profunda e significativa. Por isso, os participantes das festas não apenas adquirem conhecimentos técnicos, mas também incorporam sentidos de pertencimento, identidade e memória.

Kolb e Kolb (2006) destacam ainda a importância do espaço de aprendizagem, seja ele físico, social e simbólico, na promoção da aprendizagem experiencial. As festas juninas, ao ocuparem ruas, praças, bairros e cidades com seus rituais, artefatos e práticas, criam espaços de aprendizagem coletiva. Esses espaços propiciam trocas intergeracionais, experimentações culturais e interações que contribuem para o desenvolvimento das competências organizativas e para a preservação da cultura popular.

Essa forma de aprendizagem é contextualizada, situada e profundamente enraizada na experiência. Não se trata apenas de adquirir competências técnicas, mas de incorporar valores, significados e pertencimento. Como aponta Gherardi (2006), o conhecimento organizacional não é um saber abstrato, mas uma textura de práticas compartilhadas que se entrelaçam com a materialidade, a linguagem e a emoção.

4.3 As festas juninas como práticas organizativas: atores, artefatos e hibridismo

Como destacam Duarte e Alcadipani (2016), o *organizing* pode ser compreendido como a dinâmica contínua de construção social da organização, baseada em práticas e relações. No caso das festas juninas, esse *organizing* se manifesta em ações como a montagem das quadrilhas, os ensaios coletivos, a produção de artefatos culturais como o barco de fogo, e a divisão informal de tarefas entre os participantes. Cada prática mobiliza corpos, emoções, técnicas e compromissos coletivos, consolidando uma forma de organização enraizada no cotidiano das comunidades.

Essas festividades não apenas reproduzem uma tradição; elas também a reinventam. A tradição é atualizada em um processo de hibridismo cultural, no qual elementos do passado são ressignificados à luz de novas demandas e tecnologias (Canclini, 2006). A presença de palcos iluminados com LEDs, a divulgação pelas redes sociais, o uso de figurinos estilizados e a incorporação de novos ritmos musicais, como o forró eletrônico, evidenciam a coexistência entre o tradicional e o moderno. Conforme apontam Silva, Silva e Lima (2020), as quadrilhas juninas contemporâneas ilustram esse fenômeno ao fundir teatralidade, performance e inovação estética, sem abandonar os símbolos da ruralidade e da cultura nordestina.

Por outro lado, os artefatos culturais como bandeirolas, trajes, fogueiras e comidas típicas funcionam como dispositivos simbólicos que materializam a memória coletiva e o pertencimento social. Esses elementos organizam o espaço da festa e operam como âncoras identitárias. Segundo Sousa *et al.* (2018), a corporeidade e os símbolos presentes nas festas juninas possibilitam uma experiência estética e afetiva compartilhada, na qual a coletividade se sobrepõe às diferenças individuais.

Essa dimensão simbólica da organização também se expressa nas disputas em torno da autenticidade e da continuidade cultural. A tensão entre o preservar e o inovar aparece nas falas dos entrevistados, que por um lado valorizam a tradição e, por outro, reconhecem a necessidade de adaptação às novas gerações. Essa negociação constante entre diferentes temporalidades, valores e expectativas reforça o caráter processual da organização das festas, que se constitui não apenas por estruturas, mas por práticas vividas e em transformação.

As festas juninas devem ser compreendidas como práticas organizativas plenas, nas quais o saber-fazer local, a aprendizagem coletiva e os processos culturais se articulam em uma lógica de organização não formalizada, mas eficaz e culturalmente enraizada (Gherardi, 2006; Pereira; Gillies, 2022). A análise dos dados revela que a tradição não é estática, mas um campo de disputas e negociações. As festas juninas são marcadas por um contínuo processo de hibridismo cultural, conforme aponta Canclini (1997), no qual elementos do passado são ressignificados à luz de novas linguagens, tecnologias e demandas. As quadrilhas estilizadas, os figurinos atualizados, os palcos iluminados por LEDs, o uso de redes sociais para divulgação e até a presença de atrações de forró eletrônico são exemplos de como a festa incorpora o novo sem necessariamente abandonar o tradicional.

Esse processo é marcado por tensões. Muitos entrevistados expressaram preocupação com a descaracterização da festa, o apagamento dos elementos religiosos e rurais, e a mercantilização dos festejos. Por outro lado, há também reconhecimento de que a adaptação é necessária para manter a relevância e atratividade das celebrações, especialmente entre os jovens. Logo, a festa torna-se um espaço de negociação simbólica, em que diferentes visões de mundo e modos de vida se encontram e se confrontam.

4.4 Estabilização temporária e valorização do Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial

Embora tenha sua natureza fluida e informal, as festas juninas produzem formas de estabilização temporária que conferem coesão e sentido às comunidades. A cada ano, o ciclo festivo ativa memórias, atualiza vínculos, reafirma pertencimentos e reorganiza o espaço urbano. Essa estabilização é fruto de um trabalho organizativo coletivo, que envolve planejamento, divisão de tarefas, negociação de interesses e resolução de conflitos.

A estabilização temporária das festas juninas sergipanas se relaciona ao contínuo processo de *organizing* (Hernes, 2014), que constitui-se como uma tentativa de conferir ordem a contextos marcados pela fluidez e imprevisibilidade. Esse processo é sustentado por práticas organizativas recorrentes, como a produção artesanal de artefatos simbólicos. A partir da perspectiva de Vasconcelos (2022), compreende-se que o *organizing* estabiliza o presente ao articular temporalidades passadas e futuras, o que confere às festas um caráter ritualístico e identitário, ressignificando-as a cada ano como expressão viva da memória coletiva.

O reconhecimento legal da Rua São João, em Aracaju, e da festa de Estância como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial contribui para reforçar essa estabilização, ao conferir visibilidade e legitimidade institucional às práticas locais. No entanto, esse reconhecimento também impõe desafios, sejam eles, como manter a autenticidade das práticas diante da padronização burocrática? Como garantir apoio público sem comprometer a autonomia

comunitária? Essas questões emergem dos dados e revelam a complexidade das relações entre cultura popular e políticas públicas.

Embora o reconhecimento institucional das festas juninas como Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial represente um avanço significativo na valorização das tradições locais (Gomes; Santos; Ribeiro, 2015), esse processo de patrimonialização pode acarretar numa formalização excessiva de práticas historicamente marcadas pela autonomia e flexibilidade. Como observa Czarniawska (2008), ao se conceber a organização como um substantivo fixo e institucionalizado, pode se invisibilizar os fluxos e as negociações que sustentam sua existência. Nesse sentido, a valorização do Patrimônio Histórico, Cultural e Imaterial requer uma abordagem sensível aos processos e às práticas organizativas em constante construção, que são moldadas por contextos sociais, afetivos e históricos.

Em suma, as festas juninas sergipanas são espaços privilegiados para observar como as organizações emergem da prática, da experiência e da cultura. Elas revelam formas alternativas de organizar e aprender, que escapam aos modelos formais, mas que são profundamente eficazes na produção de sentido, identidade e pertencimento. A valorização dessas práticas implica reconhecer sua legitimidade, complexidade e potencial de transformação social.

5 CONCLUSÕES

A presente pesquisa analisou as festas juninas sergipanas como práticas organizativas, compreendidas a partir de uma abordagem processual que articula os conceitos de *organizing* e aprendizagem experiencial. O estudo demonstra que tais celebrações não se limitam a eventos culturais pontuais, mas representam formas de organização social e de produção de saberes ancorados na experiência cotidiana dos sujeitos envolvidos.

Por meio da investigação empírica dos festejos da Rua São João, em Aracaju, e da cidade de Estância, evidenciou-se que as práticas organizativas emergem de relações sociais, afetivas e materiais, caracterizando-se por sua fluidez, adaptabilidade e potencial de reinvenção. A teoria da aprendizagem experiencial, especialmente conforme desenvolvida por Kolb (1984, 2014) e Kolb e Kolb (2005, 2006, 2013), foi fundamental para compreender como o aprender-fazendo se manifesta nos contextos festivos, possibilitando a transmissão intergeracional de saberes e a atualização constante das tradições.

A análise mostrou ainda que a materialidade dos artefatos, a corporeidade das performances e as interações entre atores diversos constituem ecossistemas organizativos complexos, muitas vezes não reconhecidos pelas lógicas institucionais convencionais. Contudo, esses sistemas demonstram eficácia na mobilização de recursos, na produção simbólica e na manutenção das identidades culturais.

Este estudo apresenta contribuições relevantes no plano teórico, ao reafirmar a importância de compreender as organizações para além de estruturas formais, ao evidenciar os processos situados, simbólicos e relacionais que as constituem, especialmente no contexto das festas juninas sergipanas. A integração das abordagens do *organizing* e da aprendizagem experiencial amplia o entendimento sobre a dinamicidade das organizações culturais. Em termos práticos, os achados reforçam a necessidade de políticas públicas que reconheçam e apoiem formas de organização comunitária e cultural, evitando a imposição de lógicas exógenas que comprometam as práticas locais. Por fim, como contribuição social, o estudo valoriza os saberes, crenças e identidades dos sujeitos envolvidos, promovendo o reconhecimento das festividades juninas como expressões legítimas e dinâmicas da cultura popular.

As limitações deste estudo concentram-se na escolha de dois casos específicos, a festa junina da Rua São João, em Aracaju, e a do município de Estância, o que pode restringir a generalização dos achados para outros contextos culturais ou regionais. Por basear-se nas experiências e percepções dos participantes, os resultados podem não refletir a totalidade das

vivências relacionadas às festividades juninas. Além disso, o recorte temporal adotado limita a compreensão das transformações mais amplas que essas práticas culturais podem sofrer ao longo do tempo, especialmente diante de mudanças sociais, econômicas e tecnológicas.

Como agenda para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento de investigações comparativas entre diferentes festas regionais, bem como o exame das interações entre práticas organizativas e políticas de patrimonialização. Também se recomenda a aplicação de outras abordagens teóricas, como a sociomaterialidade ou a Teoria Ator-Rede, para explorar com maior profundidade as relações entre humanos, artefatos e territórios. O campo das festas populares revela-se, assim, um espaço fértil para a compreensão das múltiplas formas de organização que emergem da cultura e do cotidiano.

REFERÊNCIAS

BARROS, V. A. de; LOPES, F. T. Considerações sobre a pesquisa em história de vida. *In*: SOUZA, E. M. de (org.) **Metodologias e análíticas qualitativas em pesquisa organizacional**: Uma abordagem teórico-conceitual. 1. ed. Vitória: EDUFES, 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU. **Projeto de Bittencourt reconhece Festejos Juninos da Rua de São João como Patrimônio Histórico de Aracaju**. 2018. Disponível em: <https://www.aracaju.se.leg.br/>. Data do Acesso: 04 de jul. de 2025.

CASTRO, J. R. B de. **Da casa à praça pública**: a espetacularização das festas juninas no urbano. Salvador: EDUFBA, 2012.

CHAUÍ, M. **Espinosa**: Uma filosofia da liberdade. São Paulo. Ed. Moderna, 1995.

CHIANCA, L. **São João na Cidade**: ensaios e improvisos sobre as festas juninas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

CLEGG, S. R.; KORNBERGER, M.; RHODES, C. Learning/becoming/organizing. **Organization**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 147-167, 2005.

COOPER, R.; LAW, J. Organization: distal and proximal views. **Research in the Sociology of Organizations**, [S. l.], v. 13, p. 237-74, 1995.

CORBETT, A. C. Experiential Learning Within the Process of Opportunity Identification and Exploitation. **Entrepreneurship Theory and Practice: SAGE Journals**, [S. l.], v. 29, n. 4, p. 473-491, 2005.

CZARNIAWSKA, B. Book Review: Bruno Latour: Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network Theory. **Organization Studies**. London: Sage, 2006, v. 27, n. 10, p. 1553-1557.

CZARNIAWSKA, B. **A theory of organizing**. Cheltenham: Edward Elgar Press, 2008.

CZARNIAWSKA, B. Organizations as obstacles to organizing. *In*: ROBICHAUD, D.; COOREN, F. (Org.). **Organization and organizing**: materiality, agency and discourse. New York: Routledge, 2013. cap. 1. p. 3-22.

DEWEY, J. **Experiência e natureza**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Pensadores).

DUARTE, M. de F.; ALCADIPANI, R. Contribuições do organizar (organizing) para os estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 23, p. 57-72, 2016.

GHERARDI, S. **Organizational Knowledge: The Texture of Workplace Learning**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

GODOY, A. S. Reflexão a respeito das contribuições e dos limites da História de Vida na pesquisa em Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 161-175, 2018.

GOMES, P. C. da C. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GOMES, R. C. S.; SANTOS, D. L.; RIBEIRO, C. A. F. Cores, cantos e ritos da cultura popular: um olhar fenomenológico sobre o encontro cultural de Laranjeiras, SE. **Geosaberes: Revista de Estudos Geoeeducacionais**, Fortaleza, v. 6, n. 1, p. 341-352, 2015.

HERNES, T. **A process theory of organization**. Oup Oxford, 2014.

HERNES, T.; SCHULTZ, M. Translating the distant into the present: How actors address distant past and future events through situated activity. **Organization Theory**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 2631787719900999, 2020.

HOLT, R.; JOHNSEN, R. Time and organization studies. **Organization Studies**, [S. l.], v. 40, n. 10, p. 1557-1572, 2019.

KOLB, D. A. **Experiential Learning: Experience as The Source of Learning and Development**. 1. ed. New Jersey: Prentice-Hall, 1984.

KOLB, D. A. **Experiential Learning: Experience as the source of Learning and Development Second Edition**. 2. ed. New Jersey: Pearson Education, 2014.

KOLB, A. Y; KOLB, D. A. Learning Styles and Learning Spaces: A review of Multidisciplinary Application of Experiential Learning Theory in Higher Education. *In: Learning styles and learning: a key to meeting the accountability demands in education*. New York: Nova Science Publishers, 2006.

KOLB, A. Y; KOLB, D. A. **The Kolb Learning Style Inventory - Version 3.1 2005 Technical Specifications**. 1. ed. Kaunakakai: Experience Based Learning Systems, 2005.

KOLB, A. Y; KOLB, D. A. **The kolb learning style inventory 4.0**. 2. ed. Kaunakakai: Experience Based Learning Systems, 2013.

LANGER, S. K. **Sentimento e forma: uma teoria da arte desenvolvida a partir de filosofia em nova chave**. Tradução COELHO, A. M. G.; GUINSBURG, J. São Paulo: Perspectivas, 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, J. A. S. As territorialidades da festa junina de Campina Grande-PB (2016-2017). 2018. Dissertação de Mestrado. Brasil.

MENEZES, S. de S. M. Comida: identidade, tradição e cultura enraizada nas manifestações do catolicismo em Sergipe. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 8, n. 2, p. 274-289, 2014.

MORIGI, V. J. Mídia, identidade cultural nordestina: festa junina como expressão. **Revista do mestrado da comunicação UFRGS**, Porto Alegre, n. 12, p. 76-89, 2005.

PAIVA JÚNIOR, F. G. de; LEÃO, A. L. M. de S.; MELLO, S. C. B. de. Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 13, n. 31, p. 190-209, 2011.

PEREIRA, B. C.; GILLIES, A. M. R. Festa Junina da Travessa X: Notas Sobre Sociabilidade. **Em Tempo de Histórias**, Brasília, v. 1, n. 40, 2022.

POSSAS, M. de C. **Nas sombras do grupo galpão: compreendendo o organizing e sensemaking em um grupo de teatro**. 2015. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Gestão e Negócios, Universidade Federal de Uberlândia, [S. l.], 2015.

POZZEBON, M.; PETRINI, M. Critérios para condução e avaliação de pesquisas qualitativas de natureza crítico-interpretativa. *In*: TAKAHASHI, A. R. W. (org.). **Pesquisa Qualitativa em Administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

PRAZERES, G. G. da S.; LUCENA FILHO, S. A. de. Quadrilhas Juninas: patrimônio cultural ou midiático?. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, Ponta Grossa, v. 16, n. 36, p. 132-144, 2018.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Editora Feevale, 2013.

RAMOS, L. L. **Materialidades e simbolismos do Barco-de-fogo em Estância/SE**. 2018. 107 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

RIBEIRO, H. Rotas da fé: Festas Juninas. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 24-35, 2002.

RUFINO, K. R. *et al.* Práticas Organizativas de uma Quadrilha Junina Competitiva. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, Salvador, v. 6, n. 1, 2017.

SACCOL, A. Z. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da UFSM**, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SANTOS, F. O. **Fazendo renda e tecendo a organização: um estudo sobre as práticas organizacionais da associação de renda irlandesa de Divina Pastora**. Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe. 2022.

SANTOS, I. M. M. dos; SANTOS, R. da S. A etapa de análise no método história de vida: uma experiência de pesquisadores de enfermagem. **Texto & Contexto-Enfermagem**, Florianópolis, v. 17, p. 714-719, 2008.

SCHATZKI, T. R. Peripheral vision: The sites of organizations. **Organization studies**, [S.l.], v. 26 n. 3, p. 465-484, 2005.

SERVA, M. Análise pragmatista de organizações. **Revista de Administração de Empresas**, v. 63, n. 01, p. e2021-0563, 2022.

SILVA, W. P. da; SILVA, C. C. G. da; LIMA, C. M. D. de. O hibridismo cultural na formação das quadrilhas juninas na contemporaneidade em Arapiraca-AL. **Diversitas Journal**, Santana do Ipanema, v. 5, n. 1, p. 648-659, 2020.

SOUSA, N. C. de *et al.* Dialogando com o corpo e os símbolos na festa junina: reflexões para a educação física. **Conexões**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 226-239, 2018.

STAKE, R. E. **The art of case study research**. London: Sage Publications, 1995.

VASCONCELOS, M. C. **A relação entre organização e estrutura temporal no contexto da teoria organizacional baseada em eventos**. 2022. Tese (Doutorado em Administração) - Pós-Graduação em Administração, Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 11.ed. São Paulo: Atlas, 2009. 94p.

WEICK, K. **A psicologia social da organização**. Editora Edgard Blucher Ltda., 1973.